

Notícias do dia 27 de junho



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 12

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TCE - GO

Dívida Líquida de Goiás chega ao menor patamar dos últimos 20 anos 4

DIÁRIO DO ESTADO - GO - GOIÁS
TCE - GO

Goinfra terá de justificar instalação de radares com comprovação de estudo 5

DM ANÁPOLIS - GO - CAPA
TCE - GO

20 anos sem Henrique Santillo 6

DM ANÁPOLIS - GO - COTIDIANO
TCE - GO

Há 20 anos morria Henrique Santillo, um político combativo e humanista 7

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - BOM DIA GOIÁS
TCE - GO

Goinfra terá que justificar pontos de instalação de pardais 9

RÁDIO IMPRENSA FM 104,9 - ANÁPOLIS - GO - IMPRENSA LIVRE
TCE - GO

Goinfra terá 30 dias para justificar pontos de monitoramento de velocidade 10

RÁDIO BANDEIRANTES AM 820 GOIÂNIA - GO - JORNAL PRIMEIRA HORA
TCE - GO

Goinfra tem 30 dias para realizar levantamento dos pontos prioritários da malha rodoviária de Goiás 11

RÁDIO BAND NEWS FM 90.7 GOIÂNIA - GO - MANHÃ BAND NEWS FM GOIÂNIA
TCE - GO

Goinfra tem 30 dias para realizar levantamento dos pontos prioritários da malha rodoviária de Goiás 12

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Sessão extraordinária 13

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Sessão extraordinária 15

G5 NEWS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

TCE dá 30 dias para Goinfra explicar necessidade de radares em algumas rodovias de Goiás 17

DM ANÁPOLIS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Há 20 anos morria Henrique Santillo, um político combativo e humanista 18

DIÁRIO DE APARECIDA ON-LINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Goinfra terá 30 dias para justificar pontos de pardais em Goiás 20



Segunda-Feira, 27 de Junho de 2022

Dívida Líquida de Goiás chega ao menor patamar dos últimos 20 anos

Depois de receber o Estado numa situação de completa falência fiscal e financeira, com rombos nas contas públicas que chegavam a R\$ 7 bilhões, segundo auditoria do **Tribunal de Contas do Estado**, a gestão Ronaldo Caiado, iniciada em janeiro de 2019, chega ao final do 10º quadrimestre da atual administração comemorando resultados extremamente positivos do ponto de vista fiscal.

Já no primeiro ano de mandato, Ronaldo Caiado quebrou a série histórica de déficits orçamentários que o Estado vinha experimentando e fechou aquele ano com um superávit de cerca de R\$ 500 milhões, deixando claro que a meta era resgatar as finanças públicas e retomar o caminho do desenvolvimento.

Números divulgados pela secretaria de Economia, Cistiane Schmidt, relativos ao 10º quadrimestre de 2022, mostram uma situação totalmente diferente daquela que foi recebida pela atual gestão. Segundo dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Goiás reduziu sua Dívida Consolidada Líquida para os menores patamares dos últimos 20 anos.

Apurada pela equação Dívida Consolidada Bruta - Disponibilidade de Caixa, a DCL teve redução de 27,46% no período, passando de R\$ 18,4 bilhões para R\$ 13,4 bilhões atualmente.

A relação DCL/RCL chegou a 40,2%, o menor percentual dos últimos 20 anos. A mudança ocorreu porque o Estado controlou as despesas e aumentou a disponibilidade de caixa, com o aumento da receita, informou a Secretaria de Economia do Estado.

Este é o primeiro relatório apresentado após a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, em vigor em Goiás desde 1º de janeiro, e demonstra que o Estado cumpre as metas de despesas acertadas com a União.

A receita subiu para R\$ 12,4 bilhões, número que supera os R\$ 10,5 bilhões de 2021. As despesas estaduais liquidadas foram maiores nos quatro primeiros meses do ano, alcançando cerca de R\$ 10 bilhões de despesas diversas, contra R\$ 8,89 bilhões nos quatro primeiros meses do ano passado.

As vinculações constitucionais com saúde e a

educação já liquidadas evoluíram no primeiro quadrimestre. Na educação foram liquidados cerca de R\$ 2 bilhões em 2022, com crescimento de 28% acima do mesmo período do ano passado. Na saúde as despesas liquidadas foram de R\$ 1,2 bilhão, aumento de 43% em relação ao mesmo período de 2021.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20220627&p=1>

Goinfra terá de justificar instalação de radares com comprovação de estudo

Em até um mês, a **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) terá de comprovar a necessidade de instalação de radares de velocidade nas rodovias do estado. O pedido do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** considera um processo aberto que questiona um pregão eletrônico para escolha de empresa para montagem e manutenção dos aparelhos.

A modalidade de licitação exige estudos técnicos de pontos sensíveis para justificar "indicadores de causas e efeitos dos acidentes, a exemplo do Índice de Severidade adotado pelo DNIT [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes] e atendimento às disposições da lei nacional de licitações e ao princípio da eficiência". Por isso, o leilão de preços realizado há dois anos pelo valor superior a R\$ 69,5 milhões estaria em desacordo com a legislação.

O **TCE-GO** também arbitrou prazo de até 180 dias para que a Goinfra avalie os atuais radares de velocidade.

O objetivo é constatar se realmente estão funcionando para avaliar a possibilidade de retirada, remanejamento ou manutenção dos equipamentos para regiões com mais necessidade.

Questionada pela reportagem do Diário do Estado, a assessoria de imprensa da Agência informou que acatará a decisão do tribunal.

" A instalação desse tipo de equipamento é precedida de estudo técnico de viabilidade, que ocorre, em grande parte dos casos, em atendimento às solicitações de sinalização da própria população", pontuaram.

Site:

<https://diariodoestadogo.com.br/cms/upload/flip/pdf/3000.pdf>

20 anos sem Henrique Santillo

Há 20 anos morria em Anápolis um dos principais políticos goianos, de projeção nacional, médico humanista, defensor da democracia, profundamente ligado ao povo e à cidade: Henrique Antônio Santillo. Henrique faleceu às 17 horas do dia 25 de junho de 2002. O político, de 64 anos, estava na UTI em decorrência de um derrame cerebral. Henrique Santillo construiu ao lado dos irmãos Adhemar e Romualdo, além de diversos outros companheiros, um dos principais focos de resistência à Ditadura Militar na região central do Brasil.

Página 3

Site:

<https://www.dmanapolis.com.br/envios/2022/06/26/jornalimpresodmanapolisedicao00345.pdf>

Há 20 anos morria Henrique Santillo, um político combativo e humanista

Há 20 anos morria em Anápolis um dos principais políticos goianos, de projeção nacional, médico humanista, defensor da democracia, profundamente ligado ao povo e à cidade: Henrique Antônio Santillo.

Henrique faleceu às 17 horas do dia 25 de junho de 2002.

O político, de 64 anos, estava na UTI em decorrência de um derrame cerebral. No Hospital Evangélico Goiano, onde ele foi internado, se misturavam os parentes, amigos e admiradores de Henrique, além de jornalistas vindos de diferentes partes.

Henrique Santillo construiu ao lado dos irmãos Adhemar e Romualdo, além de diversos outros companheiros, um dos principais focos de resistência à Ditadura Militar na região central do Brasil. Esteve à frente do governo estadual em uma das principais tragédias de **Goiás**, o acidente do Césio-137.

Como ministro da Saúde, consolidou os medicamentos genéricos, criou as bases para o programa de saúde da família e reforçou as campanhas de multivacinação, culminando com o recebimento, em 1994, da Organização Mundial de Saúde e da Organização Panamericana de Saúde, do certificado de erradicação da poliomielite no território nacional.

A influência de Henrique Santillo na política goiana perdurou mesmo após sua morte.

O chamado Tempo Novo, gestado pelo seu grupo e que colocou Marconi Perillo no governo a partir de uma vitória surpreendente em 1998, com apenas 35 anos de idade, durou 24 anos.

O santillismo é estudado nas universidades como movimento importante para se entender a política estadual e explica muito a relevância que Anápolis conquistou no cenário regional, o que explica seu crescimento demográfico e econômico ao longo das décadas.

Henrique Santillo fez escola na política porque dedicou sua vida às causas públicas. Liderou grêmios estudantis no ensino médio e quando começou a cursar medicina na Universidade Federal de Minas Gerais, presidiu as entidades que representam os estudantes. Foi vereador, prefeito, deputado estadual,

governador e senador.

Foi secretário estadual e ministro da Saúde. Em 1999, foi indicado para **conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e no ano em que morreu, havia sido eleito para presidir a corte.

Ao voltar para Anápolis após ter se formado, foi plantonista na Santa Casa de Misericórdia, onde prestava atendimento gratuito.

Acabou se envolvendo na política e foi lançado candidato a vereador em 1966, obtendo mais de 10% dos votos em meio a 60 concorrentes. Dedicado às causas sociais, conquistou a prefeitura de Anápolis em 1969, com dois terços dos votos apurados.

O mandato de deputado estadual viria em 1974, quando foi novamente o mais votado dentre os postulantes à Assembleia Legislativa. Em 1978 percorreu o estado em campanha para o Senado, sendo eleito com mais de 100 mil votos de diferença sobre os concorrentes.

No Senado, Henrique Santillo projetou-se nacionalmente o que fez dele o candidato natural de seu partido ao governo de **Goiás** em 1986. Abertas as urnas, Santillo foi eleito com mais de 400 mil votos de frente.

No Governo de **Goiás**, consolidou uma administração voltada para o social.

Após deixar o governo, Santillo aceitou o convite, em 1991, do então presidente da República, Itamar Franco, e assumiu o Ministério da Saúde, lá permanecendo até o final do mandato presidencial.

De volta a **Goiás**, Santillo aceitaria, algum tempo depois, concorrer à Prefeitura de Anápolis.

Passada essa fase, voltou a clinicar gratuitamente na região da Vila Jaiara. Retornou à atividade política em 1998, comandando, em Anápolis, a campanha do candidato a governador Marconi Perillo.

Em 1999, Henrique Santillo aceitou convite para chefiar a Secretaria Estadual de Saúde, cargo exercido por seis meses até passar para a Secretaria de Articulação Política do Governo de **Goiás**. No final

de 1999 assumiu o cargo de **conselheiro** do **TCE**. No final de 2001 foi eleito presidente do órgão para o exercício de 2002, tarefa interrompida com seu falecimento em 25 de junho.

Henrique Santillo foi vereador, prefeito, deputado estadual, senador, governador, secretário estadual, ministro e **conselheiro** do **TCE**

Site:

<https://www.dmanapolis.com.br/envios/2022/06/26/jornalimpresodmanapolisedicao00345.pdf>

Goinfra terá que justificar pontos de instalação de pardais

TAGS: TCE GOIÁS

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/06/27/TVANHANGUER>

AAFTVGLOBOGOINIAGO-07.27.49-07.30.05-

1656331674.mp4

Goinfra terá 30 dias para justificar pontos de monitoramento de velocidade

TAGS: Goinfra, TCE-GO, Estado de Goiás

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2022/06/27/RDIOIMPrensa>

FM1049ANPOLISGO-07.22.49-07.28.28-1656330063.mp3

Goinfra tem 30 dias para realizar levantamento dos pontos prioritários da malha rodoviária de Goiás

Goinfra tem prazo de 30 dias para realizar levantamento dos pontos prioritários da malha rodoviária de **Goiás** para instalação de radares eletrônicos de velocidade.

TAGS: Goinfra, TCE-GO.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2022/06/27/RDIOBANDEIRA NTESAM820GOINIAGO-06.30.02-06.31.28-1656341500.mp3>

Goinfra tem 30 dias para realizar levantamento dos pontos prioritários da malha rodoviária de Goiás

Goinfra tem prazo de 30 dias para realizar levantamento dos pontos prioritários da malha rodoviária de **Goiás** para instalação de radares eletrônicos de velocidade.

TAGS: Goinfra, TCE-GO.

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2022/06/27/RDIOBANDNEW>
[SFM907GOINIAGO-06.05.41-06.06.40-1656340701.mp3](#)**

Sessão extraordinária

A Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** realiza, nesta segunda-feira, 27, a primeira sessão deliberativa da última semana do mês de junho. Na Ordem do Dia constam, para a apreciação do Plenário, 92 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, do Poder Executivo e da Prefeitura de Corumbáiba. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário do Palácio Maguito Vilela, e outra parte participando das sessões por meio de sistema remoto.

Para a reunião, a pauta traz 34 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 54 em fase de primeira apreciação. Há, também, dois projetos de lei do Poder Executivo, sendo um para segunda votação e outro em primeira apreciação. Para apreciação única, a pauta traz duas matérias: um processo sobre prestação de contas do Governo estadual, referente ao exercício de 2018, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**; e uma declaração de situação de emergência por parte do município de Corumbáiba.

O destaque da pauta fica por conta do projeto nº 10191/22, da Governadoria, que promove alterações no regime previdenciário de **Goiás**. A matéria sugere mudanças na Lei Complementar nº 66/2009, a qual institui a **Goiás** Previdência (GoiásPrev), e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 161/2020, responsável por estabelecer o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS). A GoiásPrev é gestora do RPPS e do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) no estado.

Por meio da medida, é proposta uma série de novidades, entre elas, possibilitar à autarquia previdenciária estadual a concessão de empréstimos consignados aos segurados do RPPS. Nesse caso, deverão ser observadas as diretrizes específicas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Outra alteração sugerida é o aumento de 1,1% para 1,5%, da taxa de administração incidente sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores e militares ativos vinculados ao RPPS-GO e ao SPSM-GO. A cobrança visa custeio de despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao seu funcionamento, inclusive à conservação do patrimônio.

Tendo em vista a contratação de plataforma digital

para acesso aos dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC), que capta e trata dados dos registros civis do Brasil, o texto em questão também revoga o dispositivo da Lei Complementar nº 161/2020, que obriga pensionistas a comparecerem presencialmente em cartórios para buscarem segunda via de certidões para comprovar manutenção de estado civil e a condição de dependentes previdenciários.

Além disso, a matéria também prevê mudança nas denominações do Conselho Estadual de Previdência e do Conselho Fiscal, os quais passam a se chamar Conselho Deliberativo da GoiásPrev (CDG) e Conselho Fiscal da GoiásPrev (CFG).

Organização Administrativa do Poder Executivo

Também de autoria da Governadoria, a pauta traz para ser apreciado em primeira votação, o projeto de lei nº 10190/22, que propõe alteração da estrutura organizacional da Secretaria da Economia com a criação da Assessoria Especial de Monitoramento Fiscal e Planejamento Financeiro, Assessoria de Monitoramento Fiscal e Assessoria de Planejamento Financeiro.

A mudança da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, a qual estabelece a organização administrativa do Poder Executivo, busca conferir equilíbrio às competências e às atribuições das unidades para promover maior eficiência aos serviços prestados.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta segunda-feira, 27, consulte a pauta prévia.

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de quatro sessões, foram três reuniões ordinárias e uma extraordinária. Nesses encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para a votação de matérias e 39 deliberações foram feitas. Destaque para o aval definitivo do Plenário ao projeto da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) do Ministério Público de **Goiás**, que altera o reordenamento da organização judiciária e muda o disciplinamento da organização das Promotorias de Justiça.

Além desse projeto, também foram deliberadas outras 31 propostas assinadas por parlamentares e sete

oriundas da Governadoria. Ao todo, foram votados dez processos em fase definitiva, 11 em primeira apreciação, e 18 pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outras 21 novas matérias. Dessas, 16 foram referentes a projetos de lei ordinária, sendo 15 de iniciativa parlamentar e uma assinada pelo governador. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, quatro vetos integrais do Executivo a projetos de lei aprovados anteriormente pelos deputados e um relatório geral, encaminhado pelo **TCE-GO**, referente às atividades do órgão relativas ao primeiro trimestre de 2022.

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/sessao-extraordinaria/>

Sessão extraordinária

Alego realiza primeira sessão deliberativa da semana nesta segunda-feira, 27, às 15 horas. A pauta traz matérias de iniciativa parlamentar, do **TCE-GO**, do Poder Executivo e da Prefeitura de Corumbáiba.

A Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)** realiza, nesta segunda-feira, 27, a primeira sessão deliberativa da última semana do mês de junho. Na Ordem do Dia constam, para a apreciação do Plenário, 92 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, do Poder Executivo e da Prefeitura de Corumbáiba. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário do Palácio Maguito Vilela, e outra parte participando das sessões por meio de sistema remoto.

Para a reunião, a pauta traz 34 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 54 em fase de primeira apreciação. Há, também, dois projetos de lei do Poder Executivo, sendo um para segunda votação e outro em primeira apreciação. Para apreciação única, a pauta traz duas matérias: um processo sobre prestação de contas do Governo estadual, referente ao exercício de 2018, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**; e uma declaração de situação de emergência por parte do município de Corumbáiba.

O destaque da pauta fica por conta do projeto nº 10191/22, da Governadoria, que promove alterações no regime previdenciário de **Goiás**. A matéria sugere mudanças na Lei Complementar nº 66/2009, a qual institui a **Goiás** Previdência (GoiasPrev), e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 161/2020, responsável por estabelecer o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS). A GoiasPrev é gestora do RPPS e do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) no estado.

Por meio da medida, é proposta uma série de novidades, entre elas, possibilitar à autarquia previdenciária estadual a concessão de empréstimos consignados aos segurados do RPPS. Nesse caso, deverão ser observadas as diretrizes específicas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Outra alteração sugerida é o aumento de 1,1% para 1,5%, da taxa de administração incidente sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores e militares ativos vinculados ao RPPS-GO e ao SPSM-GO. A cobrança visa custeio de despesas

correntes e de capital necessárias à organização e ao seu funcionamento, inclusive à conservação do patrimônio.

Tendo em vista a contratação de plataforma digital para acesso aos dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC), que capta e trata dados dos registros civis do Brasil, o texto em questão também revoga o dispositivo da Lei Complementar nº 161/2020, que obriga pensionistas a comparecerem presencialmente em cartórios para buscarem segunda via de certidões para comprovar manutenção de estado civil e a condição de dependentes previdenciários.

Além disso, a matéria também prevê mudança nas denominações do Conselho Estadual de Previdência e do Conselho Fiscal, os quais passam a se chamar Conselho Deliberativo da GoiasPrev (CDG) e Conselho Fiscal da GoiasPrev (CFG).

Organização Administrativa do Poder Executivo

Também de autoria da Governadoria, a pauta traz para ser apreciado em primeira votação, o projeto de lei nº 10190/22, que propõe alteração da estrutura organizacional da Secretaria da Economia com a criação da Assessoria Especial de Monitoramento Fiscal e Planejamento Financeiro, Assessoria de Monitoramento Fiscal e Assessoria de Planejamento Financeiro.

A mudança da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, a qual estabelece a organização administrativa do Poder Executivo, busca conferir equilíbrio às competências e às atribuições das unidades para promover maior eficiência aos serviços prestados.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta segunda-feira, 27, consulte a pauta prévia.

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de quatro sessões, foram três reuniões ordinárias e uma extraordinária. Nesses encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para a votação de matérias e 39 deliberações foram feitas. Destaque para o aval definitivo do Plenário ao projeto da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) do Ministério Público de **Goiás**, que altera o reordenamento da organização judiciária e muda o

disciplinamento da organização das Promotorias de Justiça.

Além desse projeto, também foram deliberadas outras 31 propostas assinadas por parlamentares e sete oriundas da Governadoria. Ao todo, foram votados dez processos em fase definitiva, 11 em primeira apreciação, e 18 pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outras 21 novas matérias. Dessas, 16 foram referentes a projetos de lei ordinária, sendo 15 de iniciativa parlamentar e uma assinada pelo governador. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, quatro vetos integrais do Executivo a projetos de lei aprovados anteriormente pelos deputados e um relatório geral, encaminhado pelo **TCE-GO**, referente às atividades do órgão relativas ao primeiro trimestre de 2022.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/126298/sessao-extraordinaria>

TCE dá 30 dias para Goinfra explicar necessidade de radares em algumas rodovias de Goiás

REDAÇÃO G5

A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) terá 30 dias para fazer o levantamento dos pontos sensíveis da malha rodoviária do Estado para a instalação de monitoramento eletrônico de velocidade. O prazo foi fixado pelo **Tribunal de Contas do Estado de GOIÁS (TCE-GO)** no julgamento de um processo sobre representação formulada por uma empresa contra pregão eletrônico realizado em 2020.

O procedimento, no valor de R\$ 69.529.742,93, visa à contratação de empresa especializada na montagem e manutenção de tais aparelhos, popularmente denominados pardais, que fotografam veículos detectados em velocidade acima dos limites estabelecidos.

O processo foi relatado pelo **CONSELHEIRO SEBASTIÃO TEJOTA** na Sessão Plenária de quinta-feira (23). Levando em consideração os posicionamentos da unidade técnica do **TCE**, do Ministério Público de Contas e da Auditoria, o relator determinou à Goinfra que, em atenção ao princípio da eficiência e em vista da necessidade da realização de estudos técnicos para nortear esse tipo de contratação, adote as várias providências elencadas em seu voto.

Uma delas manda o órgão verificar, no prazo máximo de 180 dias, a eficácia dos medidores de velocidade instalados, para avaliar a necessidade de supressão, remanejamento ou manutenção dos mesmos, de forma a atender outros pontos que se revelarem prioritários, tendo em vista ainda outras soluções de engenharia de tráfego de menor custo para aumentar a segurança viária.

A decisão proíbe a instalação de pardais em trechos para os quais não existam estudos adequados ou indicação precisa de localização, salvo por determinação judicial, assegurados os requisitos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito para instalação desses aparelhos. O monitoramento periódico de operação dos medidores para fixar o ranqueamento previsto nas normas do Contran também foram elencados no acórdão, junto com a

recomendação de avaliação desse ranking a cada ano, inclusive para nortear a construção de quebra-molas, meios-fios e cercas para mitigação de acidentes e problemas de trânsito.

A Goinfra também deverá justificar a definição dos pontos de instalação e demonstrar, por estudos técnicos, indicadores de causas e efeitos dos acidentes, a exemplo do Índice de Severidade adotado pelo DNIT e atendimento às disposições da lei nacional de licitações e ao princípio da eficiência. Tudo isso dentro de um plano de ação a ser apresentado ao Tribunal de Contas, no prazo máximo de 90 dias. Ao final, o relator considerou a representação que deu causa ao processo prejudicada, por perda de objeto, uma vez que a Goinfra fez alterações posteriores ao edital questionado.

Texto: Antônio Gomes (Dicom/**TCE-GO**)

Site: <https://www.g5news.com.br/poderes/tce-da-30-dias-para-goinfra-explicar-necessidade-de-radares-em-algumas-rodovias-de-goias/171147>

Há 20 anos morria Henrique Santillo, um político combativo e humanista

Por: Redação

Há 20 anos morria em Anápolis um dos principais políticos goianos, de projeção nacional, médico humanista, defensor da democracia, profundamente ligado ao povo e à cidade: Henrique Antônio Santillo.

Henrique faleceu às 17 horas do dia 25 de junho de 2002. O político, de 64 anos, estava na UTI em decorrência de um derrame cerebral. No Hospital Evangélico Goiano, onde ele foi internado, se misturavam os parentes, amigos e admiradores de Henrique, além de jornalistas vindos de diferentes partes.

Henrique Santillo construiu ao lado dos irmãos Adhemar e Romualdo, além de diversos outros companheiros, um dos principais focos de resistência à Ditadura Militar na região central do Brasil. Esteve à frente do governo estadual em uma das principais tragédias de **Goiás**, o acidente do Césio-137.

Como ministro da Saúde, consolidou os medicamentos genéricos, criou as bases para o programa de saúde da família e reforçou as campanhas de multivacinação, culminando com o recebimento, em 1994, da Organização Mundial de Saúde e da Organização Panamericana de Saúde, do certificado de erradicação da poliomielite no território nacional.

A influência de Henrique Santillo na política goiana perdurou mesmo após sua morte. O chamado Tempo Novo, gestado pelo seu grupo e que colocou Marconi Perillo no governo a partir de uma vitória surpreendente em 1998, com apenas 35 anos de idade, durou 24 anos.

O santillismo é estudado nas universidades como movimento importante para se entender a política estadual e explica muito a relevância que Anápolis conquistou no cenário regional, o que explica seu crescimento demográfico e econômico ao longo das décadas.

Henrique Santillo fez escola na política porque dedicou sua vida às causas públicas. Liderou grêmios estudantis no ensino médio e quando começou a cursar medicina na Universidade Federal de Minas Gerais, presidiu as entidades que representam os estudantes. Foi vereador, prefeito, deputado estadual,

governador e senador. Foi secretário estadual e ministro da Saúde. Em 1999, foi indicado para **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e no ano em que morreu, havia sido eleito para presidir a corte.

Ao voltar para Anápolis após ter se formado, foi plantonista na Santa Casa de Misericórdia, onde prestava atendimento gratuito. Acabou se envolvendo na política e foi lançado candidato a vereador em 1966, obtendo mais de 10% dos votos em meio a 60 concorrentes. Dedicado às causas sociais, conquistou a prefeitura de Anápolis em 1969, com dois terços dos votos apurados.

O mandato de deputado estadual viria em 1974, quando foi novamente o mais votado dentre os postulantes à Assembleia Legislativa. Em 1978 percorreu o estado em campanha para o Senado, sendo eleito com mais de 100 mil votos de diferença sobre os concorrentes.

No Senado, Henrique Santillo projetou-se nacionalmente o que fez dele o candidato natural de seu partido ao governo de **Goiás** em 1986. Abertas as urnas, Santillo foi eleito com mais de 400 mil votos de frente. No Governo de **Goiás**, consolidou uma administração voltada para o social.

Após deixar o governo, Santillo aceitou o convite, em 1991, do então presidente da República, Itamar Franco, e assumiu o Ministério da Saúde, lá permanecendo até o final do mandato presidencial.

De volta a **Goiás**, Santillo aceitaria, algum tempo depois, concorrer à Prefeitura de Anápolis. Passada essa fase, voltou a clinicar gratuitamente na região da Vila Jaiara. Retornou à atividade política em 1998, comandando, em Anápolis, a campanha do candidato a governador Marconi Perillo.

Em 1999, Henrique Santillo aceitou convite para chefiar a Secretaria Estadual de Saúde, cargo exercido por seis meses até passar para a Secretaria de Articulação Política do Governo de **Goiás**. No final de 1999 assumiu o cargo de **conselheiro** do **TCE**. No final de 2001 foi eleito presidente do órgão para o exercício de 2002, tarefa interrompida com seu falecimento em 25 de junho.

Site: <https://www.dmanapolis.com.br/noticia/35880/ha-20-anos-morria-henrique-santillo-um-politico-combativo-e-humanista>

Goinfra terá 30 dias para justificar pontos de pardais em Goiás

A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) terá 30 dias para fazer o levantamento dos pontos sensíveis da malha rodoviária do Estado para a instalação de monitoramento eletrônico de velocidade.

O prazo foi fixado pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** no julgamento de um processo sobre representação formulada por uma empresa contra pregão eletrônico realizado em 2020 para contratação de empresa especializada no segmento.

O processo tem valor de R\$ 69.529.742,93 e contempla na montagem e manutenção dos equipamentos conhecidos como pardais, que fotografam veículos em velocidade acima dos limites estabelecidos.

O **conselheiro Sebastião Tejota** e determinou à Goinfra que apresente estudos técnicos para nortear a contratação.

Entre outras providências está a estipulação de um prazo máximo de 180 dias para mostrar a eficácia dos medidores de velocidade já instalados, para avaliar a necessidade de troca.

A decisão proíbe a instalação de pardais em trechos para os quais não existam estudos adequados ou indicação precisa de localização, salvo por determinação judicial, assegurados os requisitos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito para instalação desses aparelhos.

A Goinfra também deverá justificar a definição dos pontos de instalação e demonstrar, por estudos técnicos, indicadores de causas e efeitos dos acidentes, a exemplo do Índice de Severidade adotado pelo DNIT e atendimento às disposições da lei nacional de licitações e ao princípio da eficiência.

Tudo isso dentro de um plano de ação a ser apresentado ao Tribunal de Contas, no prazo máximo de 90 dias. Ao final, o relator considerou a representação que deu causa ao processo prejudicada, por perda de objeto, uma vez que a Goinfra fez alterações posteriores ao edital questionado.

Com informações do **TCE**

Pesca do pintado está proibida no Brasil

Onde se vacinar contra Covid-19 em Aparecida de **Goiânia**

Centro de Apoio aos Romeiros deve atender 300 mil devotos do Divino Pai Eterno

Trabalhadores do HMAP cobram salários atrasados

Site: <https://diariodeaparecida.com.br/goinfra-tera-30-dias-para-justificar-pontos-de-pardais-em-goias/>